



ATA DE REUNIÃO

Comissão de Informática

| HORÁRIO | LOCAL | DATA |
|---------|---|-----------|
| 11h | Presencial na Sala de Reuniões da Presidência e Telepresencial pelo Google Meet | 16/4/2026 |

Presentes:

- Desembargador Coordenador, Edmundo Fraga Lopes;
- Desembargadora Rita de Cássia Penkal Bernardino de Souza;
- Desembargador João Alberto Alves Machado;
- Desembargador José Otávio de Souza Ferreira;
- Desembargador Ricardo Antonio de Plato;
- Desembargador Marcos da Silva Pôrto;
- Secretário de TIC, Herbert Wittmann;
- Representante da Divisão de Apoio às Comissões e aos Comitês, Patricia Luchi Pesce.

Ausências justificadas:

- Desembargadora Tereza Aparecida Asta Gemignani;
- Desembargador Eder Sivers.

| | |
|----------------------------|---|
| Pauta/ Assuntos | 1 - PROAD 25289/2025 - Plano Diretor de TIC 2026 - PDTIC 2026; 2 - PROAD 5904/2026 - Plano de contratações de TIC para 2027; 3 - Outros assuntos. |
|----------------------------|---|

TÓPICOS DEBATIDOS / RESULTADOS

O Excelentíssimo Desembargador, Edmundo Fraga Lopes, Coordenador da Comissão de Informática, iniciou a reunião cumprimentando e agradecendo a todas e a todos pela participação, passando à análise da pauta anteriormente compartilhada.

1 - [PROAD 25289/2025](#) - Plano Diretor de TIC 2026 - PDTIC 2026:

Dr. Edmundo compartilhou que o Plano Diretor de TIC 2026 atingiu 85% de cumprimento das

ações no prazo planejado e que, ao final de março, foi permitida a revisão das demandas registradas pelas áreas envolvidas, inclusive atendendo um pedido realizado pelo Colabora para passar a integrar o PDTIC com as iniciativas que são de tecnologia da informação.

O Comitê de Governança de TIC avaliou e aprovou a proposta de revisão e, por meio da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, enviou links para as unidades, para revisão, dentro desse prazo.

Assim, após as providências, será novamente pautado no referido comitê e nesta Comissão de Informática.

Herbert lembrou que o PDTIC é um documento que contempla as principais ações de tecnologia que serão desenvolvidas ao longo do ano, com destaque para a mudança da autenticação dos usuários na rede corporativa, uma mudança importante na infraestrutura de TIC do Tribunal.

Os membros foram consultados e não fizeram objeções, referendando todas as ações desenvolvidas.

Resultados: A Comissão sugere a aprovação e elevação à Presidência, destacando que está prevista nova revisão para agosto do corrente ano.

2 - [PROAD 5904/2026](#) - Plano de Contratações de TIC para 2027:

Dr. Edmundo explicou que o Plano de Contratações de TIC para 2027 foi também analisado pelo Comitê de Governança de TIC, em 26 de março, estando todos os itens disponibilizados no PROAD em referência.

Herbert elucidou que são 36 itens, sendo a maioria da Secretaria de TIC, além de outras unidades. Contou que pode haver a necessidade de adiar ou diminuir o escopo de alguns dos projetos, por conta da questão orçamentária.

Ao final de abril, será enviado o Plano Orçamentário do Tribunal para 2027 para o Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Pelo fluxo comum, o plano retorna à análise do Regional para

eventuais ajustes.

Dra. Rita questionou quem fará a escolha de cortes ou diminuição de escopo de projetos. Herbert explicou que a Administração tem essa competência, passando pelo Comitê de Governança de TIC e pela Comissão de Informática, para eventuais sugestões à Presidência.

Herbert destacou a preocupação quanto aos valores orçamentários que são utilizados nas soluções de TIC, pois os custos têm aumentando de maneira superior ao que tem sido reajustado o orçamento do Tribunal, havendo uma necessidade constante de maior aporte de recursos para manter a atual estrutura funcionando.

Dr. José Otávio indagou se a licitação debatida ao final de 2025 foi concluída em relação ao uso de inteligência artificial para diminuição dos prazos nos procedimentos licitatórios foi concluída.

Herbert elucidou que foi e que, como acordado, a SETIC foi a primeira área a aplicar, para testes, com trabalhos em andamento. Ainda serão compilados os resultados, mas a expectativa é bastante positiva pelo que já foi testado e utilizado.

Sobre questionamentos de aquisição de equipamentos como desktops e notebooks, esclareceu-se que as atas de registro de preço normalmente são válidas por dois anos, renováveis por mais dois, pela legislação atual. No entanto, a tecnologia e as empresas analisam questões geopolíticas, expectativas do mercado global, orçamentos e riscos.

Dr. Edmundo destacou que os Tribunais têm precisado fazer ajustes e absorver as diferenças, os possíveis aumentos de preços e as demais dificuldades orçamentárias para investimentos, por dependerem de autorização do Conselho Superior da Justiça do Trabalho para execução.

Dr. João Alberto perguntou se as licitações podem ser feitas pelo Tribunal Superior do Trabalho, com explicação do Herbert que já existem diversas licitações nacionais. Aduziu que a autonomia a projetos que não sejam nacionais diminuem gradativamente, e, com isso, os Regionais sempre dependem de repasses extras para cobrir os custos com TI.

Resultados: A Comissão votou e aprovou à unanimidade pelo Plano de Contratações de TIC

para 2027, sugerindo a aprovação para a Presidência.

3 - Outros assuntos:

As(os) participantes foram indagadas(os) sobre a existência de mais assuntos ou manifestações a tratar, ao que responderam não haver.

Ao final, o Excelentíssimo Desembargador Coordenador, Edmundo Fraga Lopes, agradeceu a presença de todas e todos e encerrou a reunião às 11h40.

| | | | |
|--------------------|--|-----|-----------|
| Ata preparada por: | Patricia Luchi Pesce (Divisão de Apoio às Comissões e aos Comitês) | Em: | 16/4/2026 |
| Ata aprovada por: | Edmundo Fraga Lopes (Desembargador Coordenador da Comissão de Informática) | Em: | 16/4/2026 |